



República Democrática de São Tomé e Príncipe
MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E ECONOMIA AZUL

PARFIP II

Relatório Trimestral

Implementação das Reformas
da Gestão das Finanças Públicas

1º Trimestre de 2023

São Tomé, Abril de 2023

GARFIP



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
(Unidade-Disciplina-Trabalho)
MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E ECONOMIA AZUL

Estratégia das Reformas da Gestão das Finanças Públicas

ERGFP

Relatório Trimestral das Reformas
RTR T1-2023

PARFIP II
Plano de Acção para a Reforma da Gestão das Finanças Públicas II

São Tomé, Abril de 2023

GARFIP

Gabinete de Reforma da Gestão das Finanças Públicas

Índice

Índice	3
LISTA DE ABREVIATURAS	5
RESUMO EXECUTIVO	7
I. INTRODUÇÃO	13
II. ACTIVIDADES DO PARFIP II – 1º Trimestre do Ano 2023	16
PO.B - Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas	16
Auto-avaliação a meio-percurso da ERGFP	17
B.1. Formalização e operacionalização da equipa nuclear do GARFIP	20
B.4. Formação para a implementação das reformas	20
B.5. Priorização dos programas e das actividades do PARFIP II	20
PO.1 - Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação com base em Políticas	22
1.2 Previsões macro-fiscais sólidas	22
1.3 QDMP Global	24
PO.2 - Melhoria do processo da gestão e arrecadação da receita	26
2.1 Modelo de gestão com base em resultados	27
2.2 Imposto sobre o Valor Acrescentado IVA	28
2.3 Melhoria da Gestão da Receita	30
2.7 Volume de atrasados conhecidos e controlados	31
PO.3 - Melhoria da Gestão da Dívida Pública e da Tesouraria	33
3.1 Modernização da Gestão da dívida pública	33
3.2 Tesouraria	34
PO.4 - Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Públicas	36
4.1 Governança Reforçada das EP's	36
PO.5 - Optimização da gestão do Investimento	38
5.1 Quadro Institucional do sistema de Investimento público reforçado	39
5.2 Qualidade dos projectos de investimento melhorada	39
PO.6 - Melhoria da execução orçamental e alargamento da abrangência dos controlos internos e da auditoria interna	41

6.2 Controle de despesas salariais eficiente _____	41
6.5 Sistema de informação da administração pública funcional _____	42
6.7 Sistema de Aquisição e Património melhorado _____	43
6.8 Sistemas de informação funcionais _____	44
PO.7 - Contabilidade e Relato Financeiro (incluindo as prestações de Contas dos Governos Subnacionais) _____	45
7.3 Produção atempada de Relatórios _____	45
PO.8 -Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa _____	46
8.1 Qualidade e cobertura da auditoria externa reforçada _____	47
8.2 Sistemas de informação de suporte da auditoria externa funcionais _____	47
8.3 Cobertura da auditoria aumentada _____	49
8.4 Capacidade de escrutínio da Assembleia Nacional (AN) reforçada _____	50
8.5 Escrutínio das OSC's funcional _____	50
III. PARFIP II –Execução do Orçamento – T1 de 2023 _____	52
IV. Próximos passos _____	55

LISTA DE ABREVIATURAS

AFAP	Agência Fiduciária de Administração de Projectos
AFRITAC	Centro Regional de Assistência Técnica da África Central do FMI
AN	Assembleia Nacional
APD	Ajuda Pública de Desenvolvimento
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCSTP	Banco Central de São Tomé e Príncipe
BM	Banco Mundial
CFMP	Cenário Fiscal de Médio-Prazo
CGE	Conta Geral de Estado
COSSIL	Gabinete de Coordenação e Seguimento do Sistema de Licitações
CUT	Conta Única do Tesouro
DAF	Direcção Administrativa e Financeira
DCP	Direcção de Contabilidade Pública
DGA	Direcção Geral das Alfândegas
DGAP	Direcção Geral de Administração Pública
DI	Direcção de Impostos
DITEI	Direcção de Informação e Tecnologia
DO	Direcção do Orçamento
DP	Direcção de Planeamento
DPE	Direcção do Património do Estado
DT	Direcção de Tesouro
DUE	Delegação da União da Europeia
EMAE	Empresa de Água e Electricidade
ENAPORT	Empresa Nacional de Administração dos Portos
ENASA	Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea
EP's	Empresas Públicas
ERGF	Estratégia de Reforma de Gestão das Finanças Públicas
FMI	Fundo Monetário Internacional
GARFIP	Gabinete de Reforma de Gestão das Finanças Públicas
GFP	Gestão das Finanças Públicas
IGF	Inspeção-Geral das Finanças
INE	Instituto Nacional de Estatística

IPSAS	International Public Sector Accounting Standards
IVA	Imposto sobre Valor Acrescentado
MPFEA	Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul
OCAM	Plano de Contas
OGE	Orçamento Geral do Estado
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PAGEF	Projecto de Apoio a Gestão Económica e Financeira
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PARFIP II	Plano de Acção para a Reforma das Finanças Públicas em STP II
PEFA	Despesas Públicas e Responsabilidade Financeira
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
QDMP	Quadro de Despesa de Médio-Prazo
QDS	Quadro de Despesa de Médio-Prazo Sectorial
RAP	Região Autónoma do Príncipe
SAFE-e	Sistema Administração Financeira do Estado –electrónico
SIGESA	Software/Sistema de Processamento de Salário
SNIP	Sistema Nacional de Investimento Público
STP	São Tomé e Príncipe
TC	Tribunal de Contas
TOFE	Tabela de Operações Financeiras do Estado
UE	União Europeia
UMF	Unidade Macro-Fiscal

RESUMO EXECUTIVO

Fundamentação. A fim de melhorar a eficiência da Gestão das Finanças Públicas (GFP) em STP, o Governo desenvolveu uma Estratégia de Reforma da GFP (ERGFP) para o período 2020-2023. A ERGFP foi estruturada em torno de 8 Objectivos Específicos e 8 Programas Operacionais e é realizada pela implementação do Plano de Acção de Reforma das Finanças Públicas II (PARFIP II).

Contexto económico. A situação económica do 1º trimestre do ano 2023 continuou a ser impactada pelo reduzido crescimento económico estimado para 2022 (0,9%) e pelos efeitos da elevada inflação que, em 2022, atingiu 25,2%, o valor mais elevado desde 2008.

Neste contexto, a Governo iniciou a implementação de políticas orçamentais visando criar espaço fiscal do lado das receitas e do lado das despesas para impulsionar o crescimento económico através da implementação de políticas contra-cíclicas para mitigar os riscos macroeconómicos subjacentes e permitir a prestação de serviços públicos, incluindo a protecção social, saúde, educação e a manutenção de infra-estruturas públicas.

Estas políticas permitirão retomar o crescimento económico em 2023, revertendo a tendência decrescente registada nos 2 últimos anos, prevendo-se atingir uma taxa de crescimento real do PIB de 2%, em 2023 e atingir os 3,3% em 2025, ao mesmo que a inflação terá uma trajectória decrescente para os 10,4% em 2023 e chegar aos 4,7% em 2025.

As perspectivas macroeconómicas de médio-prazo são desafiantes e requerem assim medidas estruturais, que deverão ser sustentadas por uma gestão das finanças públicas adequada e moderna.

Implementação das Reformas de GFP. As acções constantes do Plano de Actividades do PARFIP II para o 1º trimestre de 2023, na sua maioria não foram implementadas, com a excepção das acções iniciadas no ano transacto e as para as quais existem financiamento ou garantia forte de financiamento e dos Ganhos Rápidos, que estão iniciativas de melhorias ad hoc do Governo, com financiamentos internos ou sem necessidades de financiamentos, pelos ajustes inteligentes das práticas e das rotinas das entidades envolvidas na GFP do País.

As acções do Plano de Actividades do PARFIP II para 1º trimestre de 2023, foram implementadas a um ritmo muito baixo. Os avanços das actividades visando um melhor desempenho da GFP em STP estão resumidos no quadro seguinte, por programa operacional (PO):

Quadro 1. Progresso do Plano de Actividades do PARFIP II (T1 -2023)

Conforme previsto	Atraso
<ol style="list-style-type: none"> 1. Projecções macro-económicas (PO.1.2) 2. Cenário fiscal de médio prazo elaborado e funcional (PO.1.3) 3. Sistemas de informação Financeira e aquisições eficientes e integrados (PO.6.1) 4. Controles Internos reforçados (PO.6.2) 5. Qualidade da auditoria interna reforçada (PO.6.3) 6. Qualidade da auditoria externa ampliada (PO.8.1) 7. Escrutínio parlamentar efectivo (PO.8.3) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Integração dos quadros de despesa a médio prazo e orçamento (PO.1) 2. Aumento dos recursos internos (PO.2.1) 3. Auditoria com base no risco (PO.2.3) 4. Instrumentos do quadro legal da dívida operacionais (PO.3.1) 5. Gestão da tesouraria reforçada (PO.3.3) 6. Sistema de Investimento Público aprovado (PO.5.1) 7. Selecção, orçamentação, e revisão independente da avaliação de projectos (PO.5.2) 8. Gestão, execução e monitoria do investimento (PO.5.3) 9. Cobertura e a qualidade dos relatórios financeiros acrescida (PO.7.1) 10. Utilização de normas internacionais (PO.7.2) 11. Informação financeira atempada (PO.7.3) 12. Seguimento das recomendações da auditoria externa reforçado (PO.8.2)
Atraso menor	Atraso substancial
<ol style="list-style-type: none"> 1. Cobrança dos impostos e taxas melhorada (PO.2.2) 2. Gestão da dívida reforçada 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Monitoria e Governança das Entidades Empresas Públicas melhorada (PO.4.1) 2. Monitoria e Governança das Entidades

(PO.3)	Extra-orçamentais melhorada (PO.4.2)
--------	--------------------------------------

Avaliação a meio-percurso da ERGFP. Sob a coordenação do GARFIP (a direcção do MPFEA, encarregue da coordenação da implementação, da monitorização e da reorientação das reformas GFP), foi realizada uma avaliação a meio-percurso da implementação da ERGFP.

Da avaliação conclui-se que:

- A implementação dos programas previstos na ERGFP permitiu alcançar melhorias em 9 dos 31 indicadores da metodologia PEFA, entre 2019 e 2023;
- A concepção da reforma permanece relevante e válida para as necessidades de STP, mas a ERGFP requer algumas modificações e actualizações para aumentar ainda mais a sua relevância e validade inicialmente prevista para finais de 2021;
- Em consequência, algumas das actividades estratégicas poderiam beneficiar de novos aperfeiçoamentos para reflectir, com precisão, o âmbito pretendido das reformas e deve-se, de forma global, alinhar os eixos da estratégia às novas prioridades do XVIII Governo constitucional.

Coordenação e Monitorização das Reformas GFP. Durante este trimestre, o GARFIP para além das suas actividades de rotina:

1. Elaborou o Relatório Anual das Reformas (RAR 2022) e este presente Relatório Trimestral das Reformas (RTR T1-2023);
2. Organizou a reunião do CD para a aprovação do RAR 2022.

Durante o T1-2023, a implementação das reformas GFP foi impactada por vários factores de sucesso e desafios, tais como:

(i) Factores de sucesso:

1. Fortalecimento institucional sólido para a implementação e a monitoria das reformas, com a coordenação do GARFIP, a participação activa e a formação dos PF's;
2. Engajamento do Ministro PFEA, dos Directores, dos PF's e dos técnicos do Governo da área da GFP;
3. Criação e funcionamento regular e satisfatório do CD, apesar de alguns atrasos por razões técnicas;
4. Apoio sólido e pró-activo da assistência técnica GFP da DUE ao GARFIP.

(ii) Origem dos desafios:

1. Atrasos na formalização de vários instrumentos como leis, despachos e orgânicas pelo Governo;
2. Processos mais longos para a actualização da Lei SAFE, a actualização e/ou a substituição do SAFE-e;
3. Recursos limitados do Estado para financiar as reformas do PARFIP II;
4. Recursos limitados dos Parceiros para financiarem as reformas do PARFIP II prioritárias com impacto directo nos indicadores do PEFA;
5. Informação muito limitada sobre os financiamentos previstos para os próximos anos, impedindo uma maior visibilidade a médio-prazo e a realização de planos de actividades e orçamentos plurianuais das reformas da GFP fiáveis;
6. Equipa do GARFIP incompleta pela saída de dois dos seus membros treinados e pela falta de um/a contabilista, para a captação da informação financeira e a elaboração dos relatórios financeiros das reformas GFP e os atrasos na nomeação de um/a jurista para apoiar a elaboração e aprovação das novas leis, decretos e circulares na área da GFP.

Perspectivas das Reformas GFP. As acções planeadas para o ano 2023 estão concentradas nas que de momento dispõem de financiamento ou assistência técnica prevista, procurando-se ter a flexibilidade de adaptar o Plano de Actividades, em função da capacidade interna de realização e da disponibilização de financiamento no decurso do ano.

Como a implementação de várias destas actividades estão atrasadas, enquanto outras implementadas pelo Governo não estão formalizadas, ou as que são financiadas pelos parceiros não sempre tem impacto na qualidade da GFP, como capturada pelo PEFA, o GARFIP, com a sua AT, continuará a implementação dos “*Ganhos Rápidos*” e identificará e ampliará novos GR’s em outras direcções e entidades envolvidas na GFP do País.

Principais Recomendações. A fim de acelerar o ritmo da implementação das reformas e o atingimento dos objectivos da ERGFP, as seguintes acções estão recomendadas:

1. Tomar as medidas e iniciar os contactos necessárias com os parceiros externos para:
 - a. a actualização da lei SAFE; ao mesmo tempo que se efectua
 - b. a substituição do sistema electrónico nacional SAFE-e.

2. Continuar com a execução dos “Ganhos Rápidos” permitindo a implementação de reformas inteligentes, já acordadas com as várias direcções do Governo e as Instituições relacionadas com a GFP;
3. Ampliar os “ganhos rápidos” com a aceleração da preparação e a melhoria da qualidade prestação de contas dos governos sub-nacionais e, em consequência, da CGE, com a realização de 2 formações, para as Câmaras Distritais e a RAP, pela DCP com o apoio da AT da UE;
4. Apoiar o TC no processo de melhoria dos seus procedimentos para a auditoria da CGE de maneira atempada e conforme as melhores práticas internacionais;
5. Criar, no quadro das responsabilidades da DT, um mecanismo de acompanhamento do status de implementação das recomendações constantes dos relatórios de auditoria efectuados às contas das EP’s;
6. Elaborar, no quadro das responsabilidades da DT, o processo de melhoria da governança das EP’s, os relatórios anuais sobre o desempenho do sector empresarial do Estado.

//

I. INTRODUÇÃO

Fundamentação. A fim de melhorar a eficiência da Gestão das Finanças Públicas (GFP) em STP, o Governo desenvolveu uma Estratégia de Reforma da GFP (ERGFP) para o período 2020-2023. A ERGFP foi estruturada em torno de 8 Objectivos Específicos e 8 Programas Operacionais e é realizada pela implementação do Plano de Acção de Reforma das Finanças Públicas II (PARFIP II).

Contexto Económico. A situação económica do 1º trimestre do ano 2023 continuou a ser impactada pelo reduzido crescimento económico estimado para 2022 (0,9%) e pelos efeitos da elevada inflação que, em 2022, atingiu 25,2%, o valor mais elevado desde 2008.

Neste contexto, o Governo iniciou a implementação de políticas orçamentais visando criar espaço fiscal do lado das receitas e do lado das despesas para impulsionar o crescimento económico através da implementação de políticas contra-cíclicas para mitigar os riscos macroeconómicos subjacentes e permitir a prestação de serviços públicos, incluindo a protecção social, saúde, educação e a manutenção de infra-estruturas públicas.

Estas políticas permitirão retomar o crescimento económico em 2023, revertendo a tendência decrescente registada nos 2 últimos anos, prevendo-se atingir uma taxa de crescimento real do PIB de 2%, em 2023 e atingir os 3,3% em 2025, ao mesmo que a inflação terá uma trajectória decrescente para os 10,4% em 2023 e chegar aos 4,7% em 2025.

As perspectivas macroeconómicas de médio-prazo são desafiadoras e requerem assim medidas estruturais, que deverão ser sustentadas por uma gestão das finanças públicas adequada e moderna.

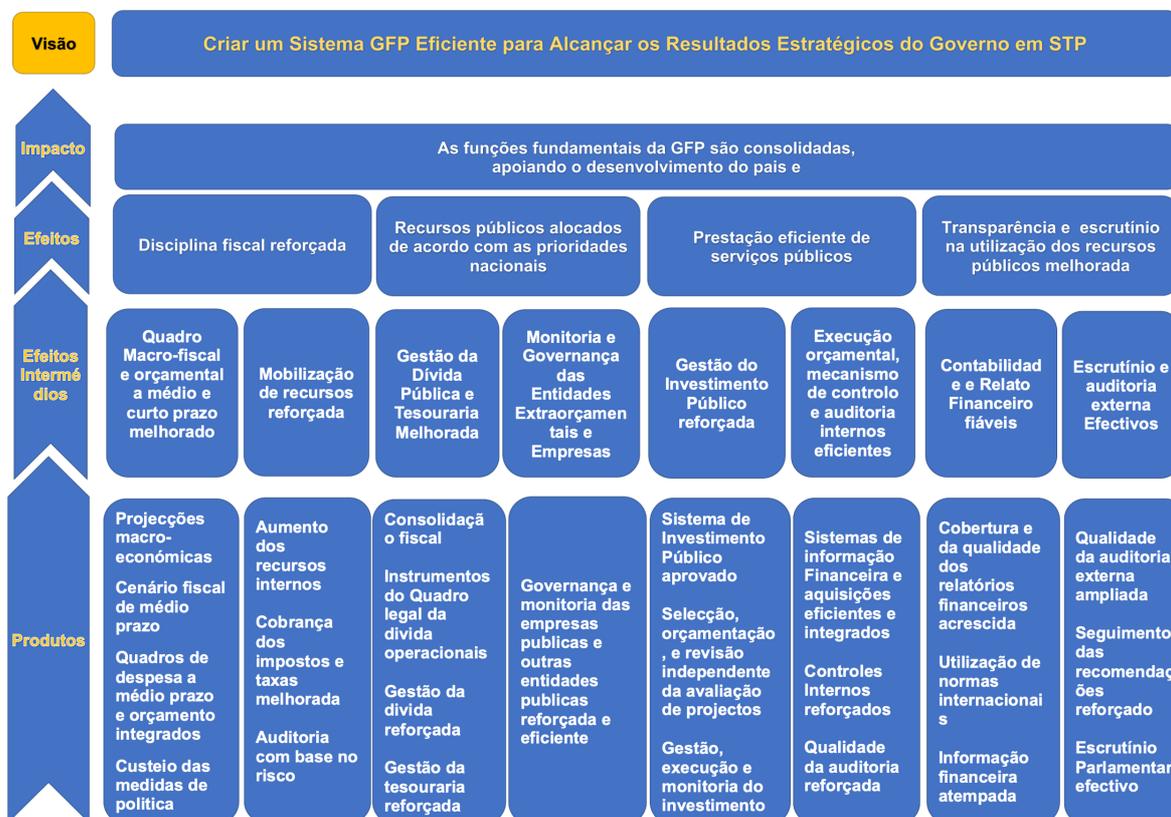
Objectivo do relatório. O presente relatório tem como objectivo apresentar as actividades do Plano de Reforma da Gestão das Finanças Públicas (PARFIP II) realizadas durante o 1º trimestre do ano, ou seja, de Janeiro a Março de 2023.

A estrutura do relatório. O presente relatório organiza-se à volta dos programas operacionais previstos do PARFIP II para 2023, **estando** o documento estruturado em

quatro capítulos, para além do **resumo executivo**: O primeiro capítulo dispõe sobre a **introdução**; o segundo capítulo descreve as **actividades realizadas no 1º trimestre do ano 2023**, no quadro da implementação da avaliação a meio-percurso e seus resultados, dos Programas operacionais, alinhados aos oito objectivos, e ao Programa básico de suporte, conforme as respectivas componentes e medidas, o terceiro capítulo apresenta, na medida das restrições de informação, a **execução financeira do T1-2023** do PARFIP II, sendo que o quarto capítulo apresenta **os próximos passos**.

Estratégia das reformas da gestão das finanças publicas. A ERGFP encapsula as aspirações do país no sentido de reforçar os sistemas de governação no que tange à GFP. Esta nova estratégia associada ao Plano de Acção para a Reforma da Gestão das Finanças Públicas (PARFIP II), introduz uma mudança de paradigma: uma abordagem baseada em resultados para corrigir as lacunas que têm dificultado atingir os três resultados potenciais da GFP, os quais sejam aprofundar e melhorar a prestação de serviços de forma eficiente e eficaz, alocar recursos às prioridades estratégicas do país e alcançar e manter a disciplina fiscal.

Figura 1 - Impacto e Efeitos esperados da ERGFP



Ritmo de implementação. Constatou-se, no 1º trimestre de 2023, uma continuação da diminuição do ritmo de implementação das actividades das Reformas, pelo impacto das eleições e das limitações dos recursos internos e externos para o financiamento das reformas.

Coordenação e Monitorização das Reformas GFP. No quadro da implementação da ERGFP, o GARFIP é a direcção dentro do MPFEA, encarregada pela coordenação da implementação, da monitorização e da reorientação das reformas GFP. Para este objectivo o manual de implementação das reformas – MIR prevê:

- (i) a elaboração dos seguintes documentos: Relatórios Trimestrais das Reformas (RTR) e Relatórios Anuais das Reformas (RAR);
- (ii) a organização da Auto-avaliação a Meio-percurso das reformas GFP, também prevista na ERGFP

II. ACTIVIDADES DO PARFIP II – 1º Trimestre do Ano 2023

As acções previstas no Plano de Actividades para o 1º trimestre do ano 2023 do PARFIP II, enquanto instrumento de implementação da Estratégia de Reforma da Gestão das Finanças Públicas (ERGFP), tiveram um ritmo de execução mais lento de que o inicialmente previsto devido aos impactos ligados ao processo eleitoral e as limitações dos recursos internos e externos.

Em geral, as acções planeadas estão concentradas nas que de momento dispõem de financiamento ou assistência técnica prevista, procurando-se ter a flexibilidade de adaptar o Plano de Actividades em função da capacidade interna de realização e da disponibilização de financiamento no decurso do ano. Como várias destas actividades, financiadas pelos parceiros, não têm impacto imediato na qualidade da GFP, como capturada pelo PEFA, o GARFIP, com a sua AT, continuou a ampliação do Piloto com a DO para ter “Ganhos Rápidos” em outras direcções e entidades envolvidas na GFP do País.

A implementação e a monitoria e avaliação das actividades estão ancorados na estrutura organizacional prevista na ERGFP, na qual se destaca o papel dos Pontos Focais (PF’s) designados em cada Direcção do MPFEA, na Assembleia Nacional, no Tribunal de Contas, com o apoio transversal do GARFIP. Assim, reforçou-se a interacção entre os PF’s e o GARFIP, através da realização de um diálogo regular visando a recolha de informação e a auscultação do ritmo de implementação do PARFIP II, possibilitando a reorientação da implementação do PARFIP II.

PO.B - Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas

O programa operacional básico (PO. B) visa a promoção dos dispositivos necessários, a nível organizacional e institucional, para a operacionalização eficiente das estruturas responsáveis pela implementação do PARFIP II, de modo que estas possam responder às necessidades específicas das reformas e assegurar a implementação destas com sucesso.

Este programa é transversal e não tem produtos directos esperados na qualidade da GFP. No entanto, o facto de criar as condições institucionais e organizacionais para a sua

realização, terá efeitos indirectos consideráveis na implementação com êxito e na monitorização dos demais programas operacionais. Para a consolidação da operacionalização do dispositivo institucional necessário para a implementação das reformas, foram executadas as seguintes acções estruturadas nas componentes abaixo:

Auto-avaliação a meio-percurso da ERGFP

A EGFRP previa, como elemento de monitoria e avaliação, um processo de auto-avaliação da sua implementação no final do ano de 2021, coincidente com o meio-percurso da sua execução. Todavia, o atraso no arranque do PARFIP II, a realização das eleições legislativas e a tomada de posse do novo Governo, levou a que a auto-avaliação apenas fosse feita no início de 2023. Esta auto-avaliação visa avaliar o grau de implementação das reformas 2020-2023 e seus efeitos, a fim de construir uma base sólida para ajustes potenciais da estratégia destinada à melhoria da governação democrática e económica do país, reforçando a capacidade do Governo de formular e entregar orçamentos transparentes, abrangentes e credíveis no âmbito de um quadro de médio e curto prazo, que reforçarão a disciplina fiscal agregada, a alocação estratégica de recursos e a prestação eficiente de serviços públicos.

Este exercício de auto-avaliação foi liderado pelo Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul, realizado pelas equipas do Governo coordenadas pelo GARFIP, com o apoio técnico e financeiro da União Europeia / DUE no Gabão, por uma equipa de consultores da Linpico.

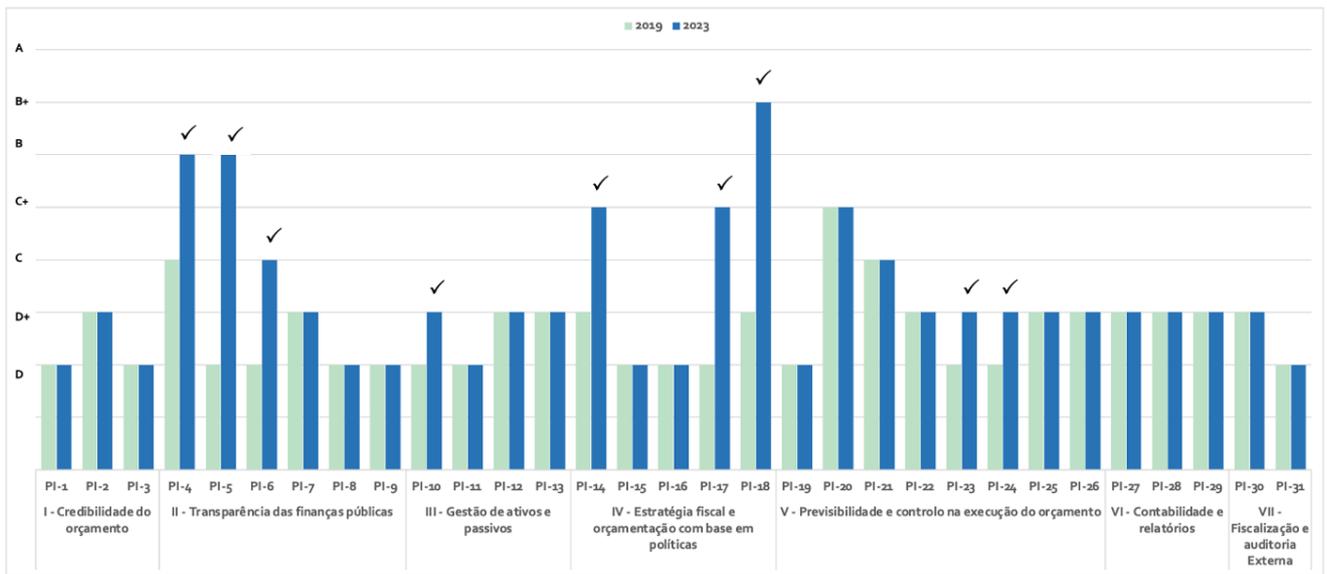
Para a sua execução foi desenvolvida uma abordagem sistemática e uma metodologia para orientar o processo. Assim, o Gabinete da Reforma da Gestão das Finanças Públicas (GARFIP), com apoio da Assistência Técnica (AT UE) de apoio à implementação do PARFIP II, desenvolveu um processo, participativo, que incluiu: (i) uma reunião preparatória com o GARFIP; (ii) uma revisão documental abrangente da ERGFP e seu quadro lógico, dos relatórios trimestrais e anuais da reforma, contendo os resultados obtidos na implementação do PARFIP II, bem como outra documentação relevante; (iii) adaptação dos critérios de avaliação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Económico (OCDE); (iv) um atelier de 4 dias, que permitiu efectuar o processo de auto-avaliação, com recurso à metodologia PEFA, que foi participativo e que contou com as todas as partes interessadas da Reforma.

Todo processo contou com a participação efectiva e constante das entidades de implementação a nível das Direcções do MPFEA, da AN, do TC, RAP, Câmaras Distritais, Ministérios Técnicos e Organizações da Sociedade Civil.

Os resultados preliminares apontam no sentido de, globalmente, se terem feito avanços e realizações significativos, no sentido de alcançar os resultados e objectivos estratégicos da reforma e consequentemente para uma melhoria do desempenho da gestão das finanças públicas. O resultado da implementação dos programas, medido pela metodologia PEFA, demonstra que houve ganhos em 9 indicadores de 2019 a 2023, conforme mostra o gráfico seguinte:

Gráfico 1: Melhorias na GFP, identificadas pelos Indicadores do PEFA



Principais melhorias preliminares identificadas. No quadro desta auto-avaliação PEFA, as principais melhorias identificadas são as seguintes:

Melhorias ao nível dos Indicadores

PI-4	: Classificação do orçamento
PI-5	: Documentação do orçamento
PI-6	: Oper. do governo central não contabilizadas nos relatórios financeiros
PI-10	: Relatórios de risco fiscal
PI-14	: Previsão macroeconómica e fiscal
PI-17	: Processo de preparação do orçamento
PI-18	: Escrutínio legislativo do orçamento
PI-23	: Controlos da folha de pagamento
PI-27	: Integridade dos dados financeiros

Os resultados são positivos embora não ao nível do planeado a meio-percurso. Assim, a concepção da reforma permanece relevante e válida para as necessidades de STP, mas a ERGFP requer algumas modificações e actualizações para aumentar ainda mais a sua relevância e validade. Tendo em conta este facto e os atrasos registados no início e na implementação do PARFIP II, devido ao impacto da pandemia da COVID-19 e à não disponibilização de recursos suficientes para a execução das reformas, é necessário re-priorizar as actividades do PARFIP II para adequá-los ao programa do XVIII Governo constitucional.

Para a consolidação dos ganhos obtidos até agora e criar as condições para que as reformas sejam sustentáveis é necessário reforçar o comprometimento e o engajamento de todos. Neste particular, o engajamento dos pontos focais (PF's), dos dirigentes das instituições intervenientes nas reformas tem permitido avançar com as actividades das reformas, com algumas limitações. Isto deve-se em parte a exigências concorrentes, disponibilidade limitada de “*Champions*” da reforma e a necessidade da integração plena de todas as acções de reforma nos planos de trabalho anuais das Instituições/Direcções, contando para a avaliação do desempenho destas.

B.1. Formalização e operacionalização da equipa nuclear do GARFIP

B.1.2 Confirmação da equipa Nuclear de GARFIP.

O GARFIP está funcional e operacional, tendo a sua equipa sido reforçada com a contratação de mais um quadro superior no quarto trimestre de 2022. No entanto, mantém-se a necessidade de contratação de um contabilista, o que permitirá apoio na elaboração de instrumentos contabilísticos e prestações de contas necessárias para a implementação da reforma, bem como a execução e a monitoria eficiente do PARFIP II, através de uma equipa, com habilidades complementares no domínio das reformas da Gestão das Finanças Públicas (GFP).

B.4. Formação para a implementação das reformas

B.4.2 Assistência técnica para operacionalização detalhada do PARFIP e reforço da capacidade de coordenação e monitoria do PARFIP II

A equipa de Assistência Técnica (AT) continua com o apoio e capacitação à equipa do GARFIP e as outras instituições implicadas na reforma, prestando um serviço de excelência, através de constantes orientações e coordenações na implementação das reformas da GFP, bem como na execução das actividades em curso do PARFIP II. Principalmente, as que têm financiamento garantido. Mais especificamente, durante o mês de Fevereiro ela apoiou e animou na concepção, realização de um workshop de apoio ao processo de auto-avaliação a meio-percurso da ERGFP.

B.5 Priorização dos programas e das actividades do PARFIP II

B.5.2 Trabalhos com as entidades envolvidas nas reformas para a priorização das actividades

O trabalho com as entidades envolvidas, através dos PF's, continuou em um ritmo mais lento durante o trimestre, pelo facto de estar-se ainda no período de organização das estruturas na sequência da tomada de posse do novo governo.

Deste modo, espera-se, posteriormente, uma maior disponibilização de informação, sobretudo dos parceiros de desenvolvimento para permitir ter acesso dos montantes disponíveis para a execução do PARFIP II.

PO.1 - Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação com base em Políticas

O programa operacional PO.1 visa definir um quadro em que existam instrumentos que suportam a melhor integração entre o Planeamento a médio-prazo e o Orçamento, a melhoria da análise quantitativa do orçamento, incluindo uma melhor previsão macro-económica e a projecção de receitas e de despesas de modo a estabelecer metas fiscais compatíveis com os objectivos de médio prazo.

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções

Programa Operacional 1 - Objectivo e Produtos		
Objectivo estratégico: Quadro Macro-fiscal e orçamental a médio e curto prazo melhorado		
Produtos do Programa Operacional:		
#	Produto	Status de Execução
Produto 1	Quadros de despesa a médio prazo e orçamento integrados	Atraso
Produto 2	Projeções macro-económicas	conforme previsto
Produto 3	Cenário fiscal de médio prazo elaborado e funcional	conforme previsto

integradas nas componentes seguintes:

1.2 Previsões macro-fiscais sólidas

1.2.1 Unidade macro-fiscal (UMF) Operacional

Situação actual

No âmbito dos trabalhos da consultoria técnica em curso financiada pelo Banco Mundial para apoiar a Unidade Macro Fiscal (UMF), esteve no país entre os dias 20 a 24 de Março de 2023, uma missão de assistência técnica de apoio a UMF. A missão teve encontros de trabalho com diferentes direcções do Ministério de Planeamento e Finanças, INE e com a Direcção de Estatística e Estudos Económicos do Banco Central e realizou várias sessões de trabalho para a finalização dos relatórios de riscos fiscais e de execução do TOFE do IV trimestre de 2022.

Com o objectivo de melhorar as capacidades dos técnicos da UMF, particularmente dos técnicos das Direcções das Alfândegas e dos Impostos em matéria de projecção das receitas fiscais, e contribuir a identificação e adopção de um modelo único de projecção das receitas, a missão realizou também um workshop sobre métodos de projecção das receitas tributárias e aduaneiras, onde foi apresentado dois modelos de projecção das receitas (Modelos não Condicionados e o Modelos Condicionados).

Perspectivas

Está previsto ao longo do próximo trimestre a realização de sessões de trabalho prático de simulação das projecção de receitas fiscais, por vídeo-conferência, utilizando um dos modelos de projecção das receitas apresentados acima.

1.2.2 Produtos macro-fiscais

1.2.2.2 Projeções Macro-Económicas e riscos fiscais

Situação actual

Em Fevereiro do ano corrente, realizou-se encontros de trabalho para revisão e actualização das projecções macro-fiscais para o ano de 2023-2025, bem como a discussão com FMI sobre os resultados das projecções. Estas projecções foram usadas para fundamentar o quadro macro-económico que suportou o orçamento de 2023.

Perspectivas

A próxima revisão e actualização das projecções macro-fiscais para o horizonte 2024-2026, está prevista para o mês de Outubro de 2023, em articulação com a agenda orçamental do país.

De acordo com a agenda de trabalho da assistência técnica estão previstos exercícios de cenários e simulações dos impactos de mudanças em variáveis macroeconómicas nos resultados das projecções macro-fiscais.

1.2.2.3 Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP)

Situação actual

As projecções macro-fiscais, incluídas no CFMP, que suportaram a elaboração do orçamento 2023 foram revistas em Fevereiro de 2023.

Perspectivas

A próxima revisão e actualização Cenário Fiscal para o horizonte 2024-2026 será feita no mês de Outubro de 2023.

1.2.2.4 Elaboração do documento da Estratégia Fiscal

Situação actual

Com vista a fazer o acompanhamento da execução das receitas e despesas orçamentais e a avaliação da situação financeira do Estado, elaborou-se o relatório de execução do TOFE do IV trimestre de 2022. O relatório foi elaborado pelos técnicos da Direcção de Planeamento e da Direcção de Contabilidade.

Com apoio da equipa da assistência técnica actualizou-se o relatório de riscos fiscais para 2023.

Os trabalhos para a actualização do relatório de Estratégia Fiscal está em curso.

Perspectivas

Submissão dos relatórios de riscos fiscais para 2023 e de execução do TOFE do IV trimestre ao Comité dos Directores para aprovação e a publicação dos mesmos no site do Ministério do Planeamento e Finanças. Prevê-se a conclusão, no 2º semestre do relatório de Estratégia Fiscal.

1.3 QDMP Global

1.3.4 QDMP submetido e aprovado pelo Governo e pela AN

Situação actual

Actualizou-se os Quadros de Despesas Sectoriais de Médio Prazo para o período de 2023-2025.

Perspectivas

Para próximo trimestre perspectiva-se: a) actualização do Quadro de Despesas Sectoriais de Médio Prazo para o período de 2024-2026, b) Aprovação do quadro legal para a elaboração, implementação e avaliação do QDMP pelo Conselho de Ministros, b) avançar, a título experimental, com a integração dos programas do QDMP dos Ministérios de Saúde, Educação, Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, no orçamento de 2024.

PO.2 - Melhoria do processo da gestão e arrecadação da receita

O Programa operacional visa criar as condições para o aumento do nível de recursos internos, através da introdução de novos impostos e da melhoria dos processos de gestão da

Programa Operacional 2 - Objectivo e Produtos		
Objectivo estratégico: Mobilização de recursos reforçada		
Produtos do Programa Operacional:		
#	Produto	Status de execução
Produto 1	Aumento dos recursos internos	Atraso menor
Produto 2	Cobrança dos impostos e taxas melhorada	atraso menor
Produto 3	Auditoria com base no risco	Atraso menor

receita.

Desde o início do PARFIP II, no quadro deste programa foram realizadas várias actividades, mas com algum atraso em relação com as actividades inicialmente previstas, o que não permitiu a obtenção de produtos previstos conforme o quadro acima apresentado deste Programa Operacional, que é o aumento do nível de recursos internos através da introdução de novos impostos como por exemplo do Imposto sobre o Valor acrescentado (IVA).

Durante o período, para a consecução destes produtos foram executadas um conjunto de acções estruturadas nas componentes seguintes:

2.1 Modelo de gestão com base em resultados

2.1.1 Actualização de um Plano Estratégico plurianual (2023-2025) para a Direcção dos Impostos (DI)

Situação actual

Não foram realizados trabalhos no sentido de se elaborar o plano estratégico plurianual 2023-2025, tendo em conta o foco das actividades se ter centrado na introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

Perspectivas

Prevê-se iniciar os trabalhos visando elaborar o Plano Estratégico 2023-2025, a partir de finais de Outubro do ano corrente.

2.1.5 Elaboração e adopção de um modelo de gestão com foco em resultados

Situação actual

A reforma da Administração Aduaneira assenta na modernização da instituição, implementação de procedimentos efectivamente informatizados, simplificados, e sobretudo no reforço da capacidade de arrecadação de receitas, na lógica do binómio facilitação do comércio e controlo das trocas comerciais. Assim, a Direcção adoptou novas medidas no âmbito de nova visão e estratégias que se pretende para a administração aduaneira, com base nas quais se elaborou o novo plano para a modernização das Alfândegas e do Comércio Externo, com cinco (5) grandes eixos:

1. Reforço dos valores aduaneiros, capacitação e evolução dos recursos humanos;
2. Modernização e actualização do quadro legal aduaneiro;
3. Actualização e modernização da infra-estrutura física e tecnológica;
4. Reorganização e melhoria da qualidade dos Serviços;
5. Reforço da excelência, objectividade, transparência e da capacidade de mobilização de recursos.

De frisar que, neste âmbito foi igualmente elaborado o Plano de Actividades da DGA para 2023, que constitui um instrumento de gestão com um horizonte temporal de um ano, contrariamente ao Plano para a Modernização, que tem o horizonte temporal de três anos. Para a sua execução a nova administração aduaneira adoptou um novo organigrama dos serviços de acordo com ordem de serviço 01 e 02/2023.

Perspectivas

Prevê-se dar continuidade à execução do Plano de Actividades, elemento orientador para a avaliação de desempenho, visando a adopção de novos procedimentos e boas práticas internacionais de controlo no processo de desalfandegamento sem descurar o intuito de facilitar o comércio, para que este possa se estabelecer sem barreiras e obstáculos.

2.1.6 Reorganização da DI - Revisão do estatuto orgânico

Situação actual

Os trabalhos técnicos foram concluídos com apoio da AT do FMI, tendo a proposta de estatuto sido submetida ao Ministro da tutela em finais de Janeiro de 2023, para aprovação legal do documento.

Perspectivas

Prevê-se que o estatuto seja aprovado no decurso do 2º semestre de 2023.

2.1.7 Revisão do estatuto orgânico da DGA

Perspectivas

Tendo em conta a mudança de Governo e das respectivas prioridades de reforma, ir-se-á proceder à reanálise da proposta da revisão do Estatuto Orgânico das Alfândegas.

2.2 Imposto sobre o Valor Acrescentado IVA

2.2.1 Plano de Implementação do IVA

Situação Actual

Os normativos sobre a aprovação dos modelos electrónicos das declarações do IVA, a instituição da obrigatoriedade do envio da declaração do IVA por transmissão electrónica de dados, a criação da Caixa de Correio Electrónico Fiscal e a alteração do Plano OCAM estão elaborados, já foram submetidos ao Ministro da tutela para serem aprovados.

Perspectivas

Espera-se aprovar os normativos, apresentados acima pela forma legal exigida dentro de um pacote que já foi remetido ao Ministro da Tutela até final de Maio de 2023;

2.2.4 Formação dos 25 funcionários seleccionados

Perspectivas

Perspectiva-se consolidar os conhecimentos adquiridos nas formações ministradas ao longo do ano 2022 mediante revisão dos conteúdos ministrados, uma vez que foram disponibilizados slides, links e outras ferramentas que permitem aceder a esses conteúdos.

2.2.5 Desenvolvimento e operacionalização do Sistema de Informação para a Gestão do IVA

Situação actual

Durante o 1º trimestre foram efectuados, pelos técnicos da D.I, testes completos ao Sistema de Informação Tributária do IVA (SIT-IVA) desenvolvido pela empresa NOSi.

Perspectivas

O SIT-IVA deverá entrar em produção a 1 de Junho de 2023, de salientar, que o NOSI assumiu a manutenção do mesmo por um período de 1 (um) ano.

2.2.7 Aquisição de equipamento informático e do escritório

Situação actual

O processo para a aquisição de equipamento informático para os novos funcionários da DI teve o seu fim no mês de Fevereiro de 2023.

2.2.8 Formação

Situação actual

Os funcionários participaram neste 1º trimestre em workshops sobre a implementação do IVA.

Perspectivas:

Prevê-se dar continuidade às outras formações definidas no plano de formação, anexo ao plano de actividades de 2023, com enfoque especial sobre o IVA.

2.2.9 Implementação do plano de Comunicação

Situação actual

Deu-se continuidade de maneira regular à actualização das informações disponíveis no website da DI e à divulgação de informação relevante de carácter fiscal nos ecrãs disponíveis na DI e através dos meios de comunicação social (rádio e televisão) e da página do Facebook da DI, entretanto criada.

Perspectivas

Prevê-se manter a passagem de spots publicitários sobre obrigações fiscais periódicas e sobre o sistema de facturação electrónica e introduzir spots sobre o IVA até do dia 1 de Junho e posteriormente.

2.3 Melhoria da Gestão da Receita

2.3.1 Implementação do regime de facturação obrigatória

Situação Actual

Continua em curso o processo de consolidação do *e-factura*. Foram efectuadas visitas aos sujeitos passivos do regime normal do IVA com o objectivo de informar sobre a necessidade de consolidação do processo de adesão dos mesmos ao e-factura.

Perspectivas

Como resultado das visitas que têm sido feitas pela DI a certos e determinados contribuintes, durante os próximos meses espera-se o aumento da adesão ao e-factura, sobretudo por parte dos sujeitos passivos do IVA, na sequência da implementação efectiva deste imposto.

2.3.4. Sistemas de informação adaptados

Situação actual

A DGA decidiu avançar com a criação de uma nova plataforma de suporte às informações de Balança Comercial e das Receitas Aduaneiras, ou seja, com o desenvolvimento de uma aplicação informática que permitirá uma gestão eficiente e maior fiabilidade das bases de dados aduaneiros. Igualmente de modo a acelerar o processo de transmissão de informação das receitas aduaneiras diária no banco BISTP, decidiu desmaterializar este processo pelo envio de um e-mail.

Perspectivas

Nos próximos trimestres iniciar-se-á o processo de desenho e desenvolvimento da nova plataforma de suporte às informações para a Balança Comercial e receitas Aduaneiras

2.3.7 Formação e capacitação das equipas

Situação Actual

O staff da DGA participou numa formação externa sobre as barreiras tarifárias e não tarifárias, na Guiné-Bissau e numa formação de capacitação sobre monitoramento das isenções e os regimes suspensivos na República do Congo.

A DGA recebeu uma missão de assistência técnica da AFRITAC durante a qual se realizou um Workshop sobre a Gestão de Risco e Auditoria Pós-Desalfandegamento, na sede das Alfândegas. Ainda no âmbito de capacitação houve uma missão de assistência técnica do Banco Mundial, no quadro da UMF sobre modelo de projecções das receitas fiscais.

2.6.2 Estruturação da função de Auditoria

Situação actual

As equipas de fiscalização do departamento de Fiscalização e Acção fiscal foram reforçadas com técnicos de outros departamentos e realizaram várias auditorias internas e externas, a maioria delas referidas ao risco.

2.6.5 Definição do Plano de Acção de auditoria

Situação actual

Foram realizadas algumas das acções/auditorias previstas no plano de auditoria anual 2022 da Direcção de Impostos.

Perspectivas

Elaborar um novo plano para o ano 2023 e executá-lo, sendo que a questão do risco não será descurada.

2.7 Volume de atrasados conhecidos e controlados

2.7.1 Definição do conceito de atrasado

2.7.1.1 Elaboração de um diploma legal

Situação actual

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 16/2022 sobre as Medidas de Carácter Excepcional de Incentivo ao Pagamento de Dívidas Fiscais em Atraso, muitos contribuintes têm solicitado

o pagamento de dívidas em atraso. À data presente, foram pagos aproximadamente Dbs 22.220.589,38 no âmbito da aplicação deste diploma legal.

Perspectivas:

Até a data de cessação da vigência do diploma perspectiva-se conseguir uma significativa redução do volume dos atrasados. Este objectivo será melhor conseguido quanto mais publicidade a DI der ao diploma e aos incentivos nele consagrados.

PO.3 - Melhoria da Gestão da Dívida Pública e da Tesouraria

O Programa operacional tem como objectivo melhorar a gestão da dívida pública, de modo a garantir uma gestão eficiente desta, com custos mais baixos para serviço da dívida e minimizando os riscos fiscais, bem como a melhoria da gestão de tesouraria para assegurar um controlo eficaz das despesas.

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

Programa Operacional 3 - Objectivo e Produtos		
Objectivo estratégico: Gestão da Dívida Pública e da Tesouraria Melhorada		
Produtos do Programa Operacional:		
#	Produto	Status de execução
Produto 1	Instrumentos do quadro legal da dívida operacionais	Pendente
Produto 2	Gestão da dívida reforçada	Em execução
Produto 3	Gestão da tesouraria reforçada	Atraso

3.1 Modernização da Gestão da dívida pública

3.1.1.2. Elaboração dos Planos Anuais de Endividamento Público

Situação actual

O Plano Anual de Endividamento Público para o ano 2023 foi devidamente elaborado pelo Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública.

Perspectivas

Conforme tem sido prática, espera-se a inclusão do Plano Anual de Endividamento no OGE para o ano 2023, de forma que seja um documento orientador para o Governo na mobilização de recursos tanto interno como externo, priorizando os empréstimos

concessionais e/ou donativos, que acarretem menores custos e riscos para a carteira da dívida pública são-tomense.

3.1.2 Melhoria das Operações

3.1.2.1 Emissão e Gestão da Dívida

Situação actual

Durante o 1º trimestre do ano em curso, não foram ainda aprovados os diplomas que regulamentam o funcionamento do Comité Nacional da Dívida e do Comité Técnico da Dívida, que estão previstos nos artigos 15º a 20º da Lei-quadro da dívida pública.

Perspectivas

Tendo em conta a importância da aprovação dos regulamentos que preceituam as acções dos referidos comités para a gestão da dívida pública, espera-se que os regulamentos possam ser aprovados durante o ano 2023, a fim de dar cumprimento as acções programadas sobre a gestão da dívida pública no âmbito da reforma das finanças públicas.

3.1.3 Sistema de Informação para a Gestão da Dívida

3.1.3.2 Desenvolvimento do sistema de Gestão da Dívida

Situação actual

A actividade continua pendente dado que se regista um atraso de mais de um ano no processo de contratação do consultor/programador, após o lançamento em finais de 2021 do concurso público internacional.

Perspectivas

Espera-se a retoma do processo de contratação do programador durante o ano 2023.

3.2 Tesouraria

3.2.1 Elaboração de um Manual de Procedimento para a DT

Situação actual

Não foi possível durante o trimestre proceder à aprovação do novo regime de tesouraria.

Perspectivas

Perspectiva-se a sua aprovação no decorrer do 3º trimestre de 2023.

3.2.3 Acordo com os Bancos para saldos e movimentos das Contas

3.2.3.2 Controlo das Contas da Administração Central

Situação actual

O controlo das contas em bancos comerciais continuou a ser efectuado, encontrando-se encerradas a grande maioria das contas inactivas e sendo reportadas à DT, mensalmente, informações sobre as operações em receitas e despesas destas contas.

Perspectivas

No decorrer dos próximos trimestres dar-se-á continuidades ao reforço do controlo das contas bancárias, nos bancos comerciais.

3.2.4.2 Elaboração do modelo de Sistema de Gestão de Tesouraria, incluindo o Manual de Procedimento

Situação actual

Iniciou-se o processo de elaboração de um plano de tesouraria, mensal, para toda a administração pública central e local, que irá orientar as disponibilidades de tesouraria do Estado.

Perspectivas

Durante o trimestre planos contendo as disponibilidades detalhadas por instituição serão disponibilizados.

PO.4 - Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Públicas

Este Programa operacional tem como objectivo criar as condições para a melhoria da governança estratégica e operacional das entidades extra-orçamentais e das empresas públicas.

Programa Operacional 4 - Objectivo e Produtos		
Objectivo estratégico: Monitoria e Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Publicas reforçada		
Produtos do Programa Operacional:		
#	Produto	Status de execução
Produto 1	Monitoria e Governança das Entidades Empresas Públicas melhorada	Atraso Substancial
Produto 2	Monitoria e Governança das Entidades Extra-orçamentais melhorada	Atraso

Neste Programa temos atrasos substanciais na prestação de serviços de AT, para a melhoria da Governança e Seguimento das Empresas Públicas.

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

4.1 Governança Reforçada das EP's

4.1.2 Reforma do quadro legal e institucional das EP's

Situação actual

Após a desistência da consultora contratada para os efeitos e algumas reuniões que se realizaram ao nível da AFAP, BM e a DT, decidiu-se pela contratação “directa” da empresa

PricewaterhouseCoopers (PwC), pautando pelo princípio de uma mais valia, tendo em consideração o “know-how” que a PwC já possui sobre as EP’s do país, bem como pelo facto de ter sido a empresa que efectuou as auditorias das contas das 4 EP’s, respeitantes aos exercícios de 2017 e 2018, tendo elaborado e apresentado um memorando de conclusões de auditorias, com proposta adicional de um plano de transformação para estas EP’s. Para o efeito, a DT procedeu alguns ajustes aos TdR’s iniciais que partilhou com a AFAP para melhorias, conforme orientações desta última instituição. A PwC reagiu ao contacto da AFAP com envio de uma proposta financeira.

Perspectivas

Análise da proposta enviada pela PwC em conjunto com a AFAP.

PO.5 - Optimização da gestão do Investimento

O Programa operacional visa aumentar o *value for Money* dos investimentos públicos, através da criação da infra-estrutura legal, operacional e tecnológica da Gestão do Investimento Público.

Programa Operacional 5 - Objectivo e Produtos		
Objectivo estratégico: Gestão do Investimento Público Melhorada		
Produtos do Programa Operacional:		
#	Produto	Status de execução
Produto 1	Sistema de Investimento Público aprovado	Atraso
Produto 2	Seleção, orçamentação, e revisão independente da avaliação de projectos	Atraso
Produto 3	Gestão, execução e monitoria do investimento	Atraso

Desde o início do PAFRIP II, no quadro deste programa tem-se constatado, a nível da execução das actividades, vários atrasos em relação com às actividades inicialmente previstas.

Durante o período, para a consecução dos produtos não foram executadas nenhuma das acções integradas nas componentes.

5.1 Quadro Institucional do sistema de Investimento público reforçado

5.1.2 Legislação sobre o Sistema Nacional do Investimento Público (SNIP) aprovada

Perspectivas

A proposta de lei de Investimentos Públicos e o respectivo regulamento, elaborados pela Direcção do Planeamento com apoio da *NDC Partnership*, deverão ser apresentados ao novo Ministro titular da pasta do Planeamento para os devidos efeitos.

5.1.2.2 Estatutos orgânicos dos Gabinetes de Estudo e Planeamento (GEP's) elaborados (RAP e Câmaras)

Perspectivas

Está em curso o processo de elaboração de TDR para a contratação de um jurista para elaboração dos referidos Estatutos Orgânicos.

5.2 Qualidade dos projectos de investimento melhorada

5.2.1 Metodologia Geral uniformizada/padrão para a formulação e avaliação de projectos

Perspectivas

Prevê-se, após a aprovação da lei e o regulamento do SNIP, a contratação de um consultor que apoiará o processo de disseminação da Metodologia Geral uniformizada/padrão do SNIP, conjuntamente com os técnicos da DP.

5.2.1.1 Integração das Mudanças climáticas e Género na preparação e avaliação de Projectos

Perspectivas

Nos próximos semestres espera-se uma avaliação sectorial do relatório preliminar de Integração de Riscos Climáticos pela Direcção de Planeamento, conjuntamente com os técnicos sectoriais.

5.2.2 Elaboração de 4 Metodologias Sectoriais complementares de elaboração e avaliação de projectos

Perspectivas

Espera-se internalizar a nível dos sectores as quatro metodologias sectoriais simplificadas para a avaliação económica de projectos de investimento público para a educação, saúde, edifícios públicos administrativos e estradas, elaboradas com financiamento da NDC *Partnership*.

5.2.3.1 Elaboração da Metodologia para a gestão e a priorização dos projectos

Perspectivas

Prevê-se a disseminação deste instrumento e aprimorar a sua utilização técnica junto aos sectores.

PO.6 - Melhoria da execução orçamental e alargamento da abrangência dos controlos internos e da auditoria interna

O Programa operacional visa reforçar os sistemas de gestão financeira pública para a obtenção de uma maior disciplina e credibilidade orçamental, bem reforçando e tornando funcionais o quadro de controlos e auditoria internos.

Programa Operacional 6 - Objectivo e Produtos		
Objectivo estratégico: Execução orçamental, mecanismo de controlo e auditoria internos eficientes		
Produtos do Programa Operacional:		
#	Produto	Status de execução
Produto 1	Sistemas de informação Financeira e aquisições eficientes e integrados	Atraso
Produto 2	Controles Internos reformates	Atraso menor
Produto 3	Qualidade da auditoria reforçada	Conforme previsto

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

6.2 Controle de despesas salariais eficiente

6.2.1 Manual de Controlo das Despesas com o pessoal elaborado (SIGESA) e disseminado

Situação Actual

Não foi implementada a actividade devido à ausência, por doença, do responsável da empresa desenvolvedora do SIGESA.

Perspectivas

Contactos devem ser feitos juntos aos técnicos da empresa para se dar continuidade a esta actividade.

6.5 Sistema de informação da administração pública funcional

6.5.2 Integração com o SIGESA

Situação actual

Durante o período a DNAP efectuou testes de interligação entre o sistema de salários da DO (SIGESA) e o sistema de Gestão dos Recursos Humanos (SRH) da Administração Pública que inclui um portal de acesso para as informações por parte do funcionário.

Perspectivas

Por se tratar de um período de transição governamental, para o próximo trimestre não se espera grandes realizações.

6.6.2 Capacidade de planeamento de auditoria reforçada

Situação actual

Foram concluídas durante o trimestre duas auditorias transitadas de 2022, relativas à Direcção de Administração Escolar e à Direcção Administrativa e Financeira, do Ministério de Educação e Ensino Superior.

Para o ano de 2023, foram aprovadas a realização de 9 (nove) auditorias: Região Autónoma de Príncipe (Secretaria das Finanças e Alfândegas, Secretaria regional de Agricultura, Secretaria -Geral de Infra-Estruturas, Hospital Dr. Quaresmas Dias da Graça, Rádio Regional), DAF do MADRP, Direcção das Pescas do MADRP, Missão Diplomática da RDSTP na Rep. de Angola, Instituto Nacional de Meteorologia – INM, Laboratório de Engenharia Civil de STP – LECSTP, Agência Nacional de Petróleo- ANP, Instituto Marítimo – IMAP. Isto para além das solicitadas superiormente, no mês de Dezembro do ano 2020 e nova solicitação para á Missão Diplomática da R.D.S.T.P, na República do Gabão.

6.7 Sistema de Aquisição e Património melhorado

6.7.1 Quadro legal, procedimental e organizacional

6.7.1.1 Revisão e actualização da Lei das Licitações/Aquisições

6.7.1.2 Elaboração dos regulamentos de suporte à Lei

6.7.1.3 Elaboração do Manual de Procedimentos e os documentos-tipo para o processo de aquisição

6.7.1.6 Actualização dos Estatutos do COSSIL

Perspectivas

Espera-se que os dispositivos sejam aprovados pelo Conselho de Ministros e que, por sua vez, sejam remetidos para Assembleia Nacional na presente legislatura, para efeitos de aprovação na plenária

6.7.1.7 Elaboração de plano estratégico e operacional da Contratação Pública.

Situação actual

Esta actividade será realizada por um consultor internacional coadjuvado por um consultor nacional, estando-se na fase da assinatura do contrato com o consultor vencedor.

Perspectivas

Aguarda-se o início da consultoria ainda este ano.

6.7.1.8 Estratégia da Contratação Pública electrónica (e-procurement)

Situação actual

A estratégia foi finalizada e apresentada num workshop realizado no dia 17 de Janeiro, tendo sido submetida a 13 de Março ao Ministro de tutela para validação e posterior submissão ao Conselho de Ministros.

Perspectivas

Espera-se que a referida estratégia, seja aprovada pelo Conselho de Ministros na presente legislatura

6.7.4 Criação do website do COSSIL

Perspectivas

Espera-se que durante o 2º semestre, o COSSIL possa fazer o lançamento oficial do mesmo.

6.8 Sistemas de informação funcionais

6.8.1 Melhoria dos sistemas de informação de suporte à execução orçamental

6.8.1.2 Validação do modelo de sistema de informação para a gestão orçamental

Situação actual

Iniciou-se uma discussão com o Banco africano de desenvolvimento para que no quadro da preparação do PAGEF II, se efectue a elaboração dos TdR para a contratação de um consultor para a análise da situação do SAFE-e e proposta de possíveis caminhos para o seu *upgrade*.

Perspectivas:

Prevê-se o lançamento do concurso para a selecção do consultor/analista.

6.8.2 Reforço da capacidade em tecnologias de informação e em infra-estruturas tecnológicas

6.8.2.6 Aquisição de uma viatura

Situação actual

Durante o trimestre procedeu-se à entrega a viatura para apoiar o funcionamento da DITEI.

PO.7 - Contabilidade e Relato Financeiro (incluindo as prestações de Contas dos Governos Subnacionais)

O Programa operacional visa aumentar a *accountability* e a transparência da informação orçamental, através de um sistema adequado de contabilidade e relatórios, reforçando a transparência orçamental através de um melhor acesso do público aos principais elementos de informação orçamentais e aumentando a compreensão do orçamento por parte dos cidadãos.

Programa Operacional 7 - Objectivo e Produtos		
Objectivo estratégico: Contabilidade e Relato Financeiro fiáveis		
Produtos do Programa Operacional:		
#	Produto	Status de execução
Produto 1	Cobertura e a qualidade dos relatórios financeiros acrescida	Atraso
Produto 2	Utilização de normas internacionais	Atraso
Produto 3	Informação financeira atempada	Atraso

Durante o período, para a consecução dos produtos foram executadas algumas acções integradas nas componentes seguintes:

7.3 Produção atempada de Relatórios

7.3.2 Recuperação do atraso na produção das CGE

Situação actual

Deu-se continuidade aos trabalhos de elaboração da CGE de 2021, estando-se na sua fase final.

Perspectivas:

Perspectiva-se a entrega da CGE 2021 durante o 2º trimestre de 2023.

PO.8 -Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa

Este Programa operacional visa a melhoria da qualidade da auditoria externa, o reforço da capacidade da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças do Parlamento para a supervisão e escrutínio orçamental e o reforço da capacidade das Organizações da Sociedade Civil para a supervisão do orçamento, e para o diálogo e a participação nas questões relacionadas com a governação das finanças públicas.

Programa Operacional 8 - Objectivo e Produtos		
Objectivo estratégico: Escrutínio e auditoria externa efectivos		
Produtos do Programa Operacional:		
#	Produto	Status de Execução
Produto 1	Qualidade e cobertura da auditoria externa ampliada	conforme previsto
Produto 2	Seguimento das recomendações reforçado	conforme previsto
Produto 3	Escrutínio parlamentar efectivo	conforme previsto
Produto 4	Reforço da capacidade das OSC	conforme previsto

Desde o início do PARFIP II, a quase totalidade das actividades realizadas no quadro deste programa foram executadas de uma maneira atempada

8.1 Qualidade e cobertura da auditoria externa reforçada

8.1.3 Reforço de capacidade dos auditores

8.1.3.2 Formação para auditorias técnicas/sectoriais/desempenho

Situação actual

A nível de reforço de capacidade foi ministrada neste trimestre, durante sete dias, uma formação em Análise Macro Económica e Dívida Pública, que contou com a participação dos Magistrados, Auditores e técnicos do Tribunal de Contas.

Perspectivas

Ao longo do ano em curso, o Tribunal de Contas participará nas actividades ou formações proporcionadas pelo IDI (Iniciativa de Desenvolvimento da INTOSAI) sob organização do CREFIAF (Comité Regional para o reforço das capacidades das Instituições Superiores de Controlo).

8.2 Sistemas de informação de suporte da auditoria externa funcionais

8.2.2 Elaboração dos TdR's para o desenvolvimento do sistema de informação

Situação actual

O consultor contratado finalizou, neste trimestre, a descrição do estado da informática existente no Tribunal de Contas, suas insuficiências e necessidades.

Igualmente, finalizou o desenvolvimento do sistema para a tramitação integral de processos e procedimentos, em suporte digital, desde a entrada na Secretaria até ao Arquivo, de acordo com o previsto na Lei orgânica e de Processos do Tribunal de Contas, o que permitiu que, a nível da Secretaria judicial e jurisdicional, grande parte de intervenções e decisões processuais fossem registadas electronicamente.

Perspectivas

Espera-se que nos próximos meses todas as intervenções e decisões a nível dos Serviços de Apoio, nos departamentos de Auditoria controlo concomitante e no Departamento de

Verificação interna de Contas e no Departamento de Fiscalização Prévia e Concomitante, sejam registadas electronicamente.

Prevê-se igualmente a possibilidade de disponibilização e a entrega de documentação, por via electrónica, por parte das entidades sujeitas à jurisdição do TC, bem como acesso à informação e conteúdos de processos e procedimentos administrativos e jurisdicionais.

Por fim, prevê-se a elaboração e a entrega do Manual de instrução e Formação dos utilizadores.

8.2.4 Operacionalização do seguimento da implementação das recomendações

Situação actual

No primeiro trimestre de 2023 foram concluídas, a nível do Departamento de Auditoria e Controlo Concomitante (DACC), quatro auditorias programadas, transitadas do ano 2022, nomeadamente:

- 1) Auditoria de Conformidade ao Regime Excepcional de Suspensão das Relações Laborais e de Compensação Remuneratória, no Âmbito da Pandemia de COVID-19 (TAI).
- 2) Auditoria de Seguimento às recomendações formuladas no Relatório de Auditoria a Agência Nacional de Petróleo.
- 3) Auditoria Financeira à Universidade de São Tomé e Príncipe.
- 4) Auditoria temática ao processo de distribuição e venda da ajuda alimentar (arroz) do Japão.

Destas 2 foram aprovadas como relatórios finais no quadro de processos decididos a nível jurisdicional, nomeadamente, o relatório final à auditoria de seguimento às recomendações formuladas no relatório de auditoria a Agência Nacional de Petróleo e o Relatório final à Auditoria Financeira à Universidade de São Tomé e Príncipe.

Ainda a nível jurisdicional foi aprovado o relatório final da auditoria de Seguimento às Recomendações formuladas no relatório de auditoria financeira ao Fundo Nacional de Medicamentos, no período de Janeiro de 2018 a Outubro de 2022, realizada e concluída em Dezembro de 2022 pelo DACC.

Perspectivas

Tribunal de Contas prevê realizar as seguintes auditorias em 2023:

- 1) Auditoria Coordenada às Áreas Protegidas, tendo para sua realização quatro Auditores participado em 2022 nos cursos sobre a Auditoria Operacional, os ODS e a Auditoria de biodiversidade;
- 2) Auditoria Financeira à Empresa Nacional de Administração dos Portos – ENAPORT, referente ao exercício económico do ano 2019, 2020, 2021 e ao período de Janeiro a Maio de 2022;
- 3) Auditoria financeira ao Instituto Nacional de Estatística (INE).

Dar-se-á continuidade aos pendentes relativos às auditorias e inquéritos de seguimento às recomendações formuladas nos relatórios finais das auditorias realizadas pelo DACC ou mandadas realizar por despachos dos Juizes conselheiros relatores de processos submetidos à fiscalização prévia dos anos 2020, 2021 e 2022

8.3 Cobertura da auditoria aumentada

8.3.4 Parecer sobre as CGE's

Situação actual

Durante o primeiro Trimestre de 2023 foram finalizados os relatórios das CGE's relativas aos exercícios económicos de 2018 e 2019, as quais foram entregues à AN e encontram-se publicadas na página web do Tribunal de Contas <http://www.tcontas.st/>.

Perspectivas

Encontra-se em curso a elaboração do parecer sobre a CGE de 2020, prevendo-se a finalização do relatório preliminar durante o 2º trimestre de 2023, sendo o motivo do atraso a escassez de pessoal para elaborar a referida conta. Para colmatar esta lacuna foram afectos ao departamento dois funcionários para apoiarem na elaboração da mesma, prevendo-se a contratação temporária de mais um técnico superior para apoiar na sua elaboração.

8.4 Capacidade de escrutínio da Assembleia Nacional (AN) reforçada

8.4.5 Análise e Parecer sobre a CGE

Situação actual

No que concerne aos expedientes realizados para a Publicação da Resolução N.º 132/XI/2022- Contas Gerais do Estado relativas aos anos 2010 a 2017, foi novamente submetido ao Centro de Informática e Reprografia do Ministério da Justiça um e-mail com a referida resolução em anexo para efeito de publicação

Perspectiva

Perspectiva-se a realização de uma acção de formação e capacitação, sobretudo na análise e elaboração do parecer sobre as Contas Gerais do Estado dos anos 2018 e 2019.

8.5 Escrutínio das OSC's funcional

8.5.1 Reforço das capacidades da Organizações da Sociedade Civil (OSC's)

Situação actual

A FONG-STP está a levar a cabo a implementação de uma iniciativa conjunta FONG/ACEP de incidência política e de advocacia, através de um programa denominado de Observatório das Políticas e da Governação em São Tomé e Príncipe.

O programa visa, dentre outras coisas o reforço da capacidade de participação das organizações da sociedade civil e dos jornalistas na monitoria da governação, por meio de formação, de intercâmbio, de advocacia e influência política.

Recentemente, a FONG realizou uma acção de formação aos membros da Rede da sociedade civil para a Boa Governação em recolha e tratamento de dados. Em consequência, procedeu-se, no terreno, a realização de um inquérito com vista a recolha de um conjunto de informação, para a construção do **2.º índice de percepção de corrupção e governação em São Tomé e Príncipe**.

O inquérito compreendeu três dimensões, nomeadamente (i) a governação e o quadro legal, (ii) percepção sobre a corrupção e (iii) combate aos casos de corrupção.

Estes dados estão a ser tratados, no sentido de apoiar na elaboração do índice em apreço, que será publicado neste ano de 2023. O índice irá nos permitir compreender se o país está a progredir ou regredir nos diversos indicadores avaliados, comparando com o 1.º índice publicado em 2021, em matéria da corrupção e da governação.

//

III. PARFIP II –Execução do Orçamento – T1 de 2023

A informação financeira sobre a execução orçamental do PARFIP II durante o T1-2023 continua sendo um desafio. A informação sobre a execução do orçamento do PARFIP II no 1º trimestre de 2023 continuou sofrendo pela falta de informação recebida pelos parceiros de desenvolvimento e também do Governo, algo sobre o qual se continuará a trabalhar durante o ano em curso. Com o relatório financeiro, na continuidade, pretende-se assim ter uma ideia aproximada dos valores implicados nos processos em cada acção de reformas.

O sistema de relato financeiro para as reformas não está implementado no MIR, para poder capturar a execução orçamental do período, enquanto as dificuldades de colheita de informação, sobre os financiamentos 2023 pelos parceiros e pelo Governo, não permite de preencher a parte das fontes e da execução orçamental do relatório financeiro das reformas:

FONTES E USOS		1º TRIMESTRE 2023				ANO 2023				TOTAL 2020-2023			
		Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Progr. (%)
		Moeda de origem	STN			Moeda (euros)	STN			Moeda de origem	STN		
I	Fontes												
1	Estado de STP	?		-	0%	389,581	389,581	N/D	0%	28,846,728	28,846,728	N/D	0%
2	Uniao Europeia	?		-	0%	250,000	6,125,000	N/D	0%	400,000	9,800,000	N/D	0%
3	Banco Mundial (AFAP)	?		-	0%	1,500,000	30,450,000	N/D	0%	3,320,731	67,410,847	16,386,343	24%
4	BAD	?		-	0%			N/D	0%	N/D		N/D	0%
5	Pro-Palop	?		-	0%	117,000	2,375,100	N/D	0%	239,381	5,864,832	N/D	0%
6	PNUD	?		-	0%			N/D	0%	N/D		N/D	0%
	Total Recursos	-	-	-	0%	Equ. Euros	39,339,681	-	0%	Equ. Euros	111,922,407	16,386,343	14.6%
						Equ. Euros	1,605,701	-		Equ. Euros	4,568,262	668,830	

Nota bene: O valor total das reformas em Dobras é estimativo, devido às várias taxas de câmbio utilizadas para a conversão.

Relatório Trimestral das Reformas da Gestão das Finanças Públicas – T1-2023

Usos de fundos 1

FONTES E USOS		1º TRIMESTRE 2023				ANO 2023				TOTAL 2020-2023			
		Previsto		Execu- tado	Var. (%)	Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Progr. (%)
		Moeda de origem	STN			Moeda (euros)	STN			Moeda de origem	STN		
II	Usos												
PO B.	Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas	175,500	4,299,750	-	0%	702,000	17,199,000	N/D	0%	1,154,400	28,282,800	212,496	1%
B.1.	Formalização e operacionalização da equipe nuclear do GARFIP	112,500	2,756,250		0%	450,000	11,025,000		0%	850,000	20,825,000	212,496	1%
B.2.	Melhoria do quadro jurídico	-	-		0%	-	-	-	0%	9,400	230,300	-	0%
B.3.	Estabelecimento da nova estrutura para a implementação das reformas	-	-		0%	-	-	-	0%	30,000	735,000	-	0%
B.4.	Formação para a implementação das reformas	60,000	1,470,000		0%	240,000	5,880,000		0%	240,000	5,880,000	-	0%
B.5.	Priorização dos programas e das atividades do PARFIP II	3,000	73,500		0%	12,000	294,000	-	0%	25,000	612,500	-	0%
PO 1.	Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação com base	31,548	772,914	N/D	0%	126,190	3,091,655	N/D	0%	349,378	8,559,761	-	0%
1.1.	Processo de elaboração do orçamento melhorado	21,298	521,789		-100%	85,190	2,087,155		0%	106,378	2,606,261	-	0%
1.2.	Previsões macro-fiscais sólidas	10,250	251,125		-100%	41,000	1,004,500		0%	110,000	2,695,000	-	0%
1.3.	QDMP global	-	-		0%	-	-		0%	133,000	3,258,500	-	0%
PO 2	Melhoria da processo de arrecadação e gestão da receita	96,750	2,370,375	N/D	0%	387,000	9,481,500	N/D	0%	3,122,202	76,493,940	11,717,343	15%
2.1.	Modelo de gestão com base em resultados	17,500	428,750		-100%	70,000	1,715,000		0%	315,800	7,737,100	11,717,343	151%
2.2.	IVA	42,500	1,041,250		-100%	170,000	4,165,000		0%	1,671,402	40,949,340	-	0%
2.3.	Melhoria da gestão da receita	-	-		0%	-	-		0%	420,000	10,290,000	-	0%
2.4.	Plano de Comunicação (Contribuinte Informado)	-	-		0%	-	-		0%	150,000	3,675,000	-	0%
2.5.	Gestão de risco operacional	15,000	367,500		-100%	60,000	1,470,000		0%	270,000	6,615,000	-	0%
2.6.	Auditoria eficaz	21,750	532,875		-100%	87,000	2,131,500		0%	132,000	3,234,000	-	0%
2.7.	Volume de atrasados conhecidos e controlados	-	-		0%	-	-		0%	163,000	3,993,500	-	0%
PO 3.	Melhoria da gestão da dívida pública e tesouraria	82,370	2,018,065	N/D	0%	329,480	8,072,260	N/D	0%	785,093	19,234,775	-	0%
3.1.	Modernização da gestão da dívida pública (externa e interna)	58,400	1,430,800		-100%	233,600	5,723,200		0%	590,283	14,461,930	-	0%
3.2	Tesouraria	23,970	587,265		-100%	95,880	2,349,060		0%	194,810	4,772,845	-	0%
PO 4.	Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das Entidades Extra-	89,750	2,198,875	N/D	0%	359,000	8,795,500	N/D	0%	1,925,121	47,165,468	4,672,857	10%
4.1.	Governança Reforçada nas EP's	84,000	1,568,000		-100%	256,000	6,272,000		0%	1,581,821	38,754,618	4,672,857	12%
4.2.	Governança e Monitoria das entidades extra-orçamentais	5,750	140,875		-100%	23,000	563,500		0%	39,050	956,725	-	0%
4.3.	Sistema de controlo interno funcional	20,000	490,000		-100%	80,000	1,960,000		0%	235,250	5,763,625	-	0%
4.4.	Auditoria interna eficaz	-	-		0%	-	-	-	0%	69,000	1,690,500	-	0%

Usos de fundos 2

FONTES E USOS		1º TRIMESTRE 2023				ANO 2023			TOTAL 2020-2023				
		Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Progr. (%)
		Moeda de origem	STN			Moeda (euros)	STN			Moeda de origem	STN		
PO 5.	Optimização da gestão do Investimento Público	67,125	1,644,563	N/D	0%	268,500	6,578,250	N/D	0%	963,200	23,598,400	-	0%
5.1.	Quadro Institucional do sistema de planeamento reforçado	23,250	569,625		-100%	93,000	2,278,500		0%	121,000	2,964,500		0%
5.2.	Qualidade dos projetos de investimento melhorada	19,750	483,875		-100%	79,000	1,935,500		0%	400,000	9,800,000		0%
5.3.	Sistema de M&A funcional	3,500	85,750		-100%	14,000	343,000		0%	362,200	8,873,900		0%
5.4.	Alocação de recursos otimizada	18,125	444,063		-100%	72,500	1,776,250		0%	70,000	1,715,000		0%
5.5.	Quadro global de APD elaborado	2,500	61,250		-100%	10,000	245,000		0%	10,000	245,000		0%
PO 6.	Melhoria da execução orçamental e Alargamento da abrangência dos controlos internos e da auditoria internos)	135,875	3,328,938	N/D	0%	543,500	13,315,750	N/D	0%	1,612,103	39,496,534	-	0%
6.1.	Melhoria do mecanismo de controlos internos	3,000	73,500		-100%	12,000	294,000		0%	40,000	980,000		0%
6.2.	Controlo de despesas salariais eficiente	20,000	490,000		-100%	80,000	1,960,000		0%	160,000	3,920,000		0%
6.5.	Sistema de informação da administração pública funcional	4,500	110,250		-100%	18,000	441,000		0%	189,500	4,642,750		0%
6.6.	Abrangência da auditoria interna alargada	13,375	327,688		-100%	53,500	1,310,750		0%	127,090	3,113,705		0%
6.7.	Sistema de Aquisições e Património melhorado	10,000	245,000		-100%	40,000	980,000		0%	510,513	12,507,579	-	0%
6.8.	Sistemas de informação funcionais	85,000	2,082,500		-100%	340,000	8,330,000		0%	585,000	14,332,500		0%
PO 7.	Contabilidade e do Relato Financeiro (incluindo as prestações de contas dos Governos Sub-nacionais)	38,875	952,438	N/D	0%	155,500	3,809,750	N/D	0%	149,810	3,670,345	-	0%
7.1	Melhoria da informação e aumento da cobertura do SAFE-e	6,250	153,125		-100%	25,000	612,500		0%	35,550	870,975		0%
7.2.	Melhoria da qualidade da informação produzida	14,500	355,250		-100%	58,000	1,421,000		0%	51,760	1,268,120	-	0%
7.3	Produção atempada de relatórios	18,125	444,063		-100%	72,500	1,776,250		0%	62,500	1,531,250		0%
PO 8.	Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa	37,500	918,750	N/D	0%	150,000	3,675,000	N/D	0%	982,870	24,080,315	-	0%
8.1.	Qualidade da auditoria externa reforçada	20,000	490,000		-100%	80,000	1,960,000		0%	334,918	8,205,491		0%
8.2.	Sistemas de informação de suporte da auditoria externa funcionais	6,250	153,125		-100%	25,000	612,500		0%	235,956	5,780,922		0%
8.3.	Cobertura da auditoria aumentada	3,750	91,875		-100%	15,000	367,500		0%	45,000	1,102,500		0%
8.4	Capacidade de escrutínio da AN reforçada	3,750	91,875		-100%	15,000	367,500		0%	144,246	3,534,027		0%
8.5	Escrutínio das OSC's funcional	3,750	91,875		-100%	15,000	367,500		0%	222,750	5,457,375		0%
	Total Aplicado no PARFIP II	755,293	18,504,666		-100%	3,021,170	74,018,665	N/D	0%		270,582,338	16,602,696	6%
										(aprox.)	11,044,177	Euros	

IV. Próximos passos

Neste capítulo estão apresentadas as perspectivas das reformas e as principais recomendações para a maximização do impacto das reformas.

Perspectivas das Reformas GFP. As acções planeadas para o ano 2023 estão concentradas nas que de momento dispõem de financiamento ou assistência técnica prevista, procurando-se ter a flexibilidade de adaptar o Plano de Actividades, em função da capacidade interna de realização e da disponibilização de financiamento no decurso do ano. Como a implementação de várias destas actividades estão atrasadas, enquanto outras implementadas pelo Governo não estão formalizadas, ou as que são financiadas pelos parceiros não sempre tem impacto na qualidade da GFP, como capturada pelo PEFA, o GARFIP, com a sua AT, continuará a implementação dos “*Ganhos Rápidos*” a identificará e ampliará novos GR’s para outras direcções e entidades envolvidas na GFP do País.

Principais Recomendações. A fim de acelerar o ritmo da implementação das reformas e o atingimento dos objectivos da ERGFP, as seguintes acções estão recomendadas:

1. Tomar as medidas e iniciar os contactos necessárias com os parceiros externos para:
 - a. a actualização da lei SAFE; ao mesmo tempo que se efectua
 - b. a substituição do sistema electrónico nacional SAFE-e.
2. Continuar com a execução dos “Ganhos Rápidos” e recuperar alguns impactados pelo processo eleitoral, permitindo a implementação de reformas inteligentes, já acordadas com as várias direcções do Governo e as Instituições relacionadas com a GFP;
3. Ampliar o novo GR relacionado com a aceleração de preparação e a melhoria da prestação de contas dos governos sub-nacionais e, em consequência, da qualidade da CGE, com a realização de 2 formações para as Câmaras Distritais e a RAP pela DCP, com o apoio a AT da UE;
4. Apoiar o TC no processo de melhoria dos seus procedimentos para a auditoria da CGE de maneira atempada e conforme as melhores práticas internacionais;

5. Criar, no quadro das responsabilidades da DT, um mecanismo de acompanhamento do status de implementação das recomendações constantes dos relatórios de auditoria efectuados às contas das EP's;
6. Continuar, no quadro das responsabilidades da DT, o processo de melhoria da governança das EP's, procedendo-se à elaboração de relatórios anuais sobre o sector empresarial do Estado;
7. Apoiar a equipa da assessoria jurídica do MPFEA, para agilizar a aprovação do quadro jurídico da GFP que está pendente.

_____ // _____